

O “uso” como fundamento de descrição da língua nas gramáticas castelhanas de Nebrija e Nello

Kelly Cristini Granzotto Werner¹

Eliana Rosa Sturza²

Resumo

À luz da História das Ideias Linguísticas, este estudo observa duas importantes gramáticas do castelhano: *Gramática de la lengua castellana* (1492), de autoria de Antonio de Nebrija, e a *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1847), de Andrés Bello, e propõe uma reflexão sobre a noção de “uso”, estabelecendo possíveis aproximações e distanciamentos. Reparamos que o “uso” é o critério tomado pelos dois gramáticos para definir a língua a ser descrita. Essa constatação nos suscita inquietações, como: Que “uso” é esse? O que esse “uso” determina no que se refere à língua? Que língua é essa que passa a ser descrita pelos gramáticos nas duas obras? Observamos os títulos, os prólogos e as noções preliminares das gramáticas na tentativa de compreender a dimensão que essa noção de “uso” ganha para os referidos autores. Concluimos que apresenta nuances diferentes.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas; Gramatização; Língua castelhana; Uso.

THE “USE” AS LANGUAGE DESCRIPTION GROUND IN CASTILIAN GRAMMARS BY NEBRIJA AND BELLO

Abstract

In the light of The History of Linguistic Ideas, this study observes two important Castilian grammars: *Gramática de la lengua castellana* (1492), by Antonio de Nebrija, and *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1847), by Andrés Bello, and suggests a critical reflection on the notion of use, establishing possible similarities and differences. We perceived that the “use” is the criteria taken by both grammarians to define the language to be described. Such finding worries us, since it inquires the following: What “use” is this? What does this “use” determine regarding the language? What language is this, which is described by the grammarians in both of their works? We observed the titles, the prologues and the preliminary notions of the grammars in attempt to comprehend the extent that this notion of “use” represents for the referred authors. We concluded that they show different nuances.

Keywords: The History of Linguistic Ideas; Grammaticalization; Castilian Language; Use.

¹ Professora do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria e Doutoranda em Letras – Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob a orientação da Profa. Dra. Eliana Rosa Sturza. E-mail: kcgbr@yahoo.com.br

² Professora Adjunta do DLEM, da Universidade Federal de Santa Maria, e professora do PPG Letras/UFSM. E-mail: lsturza@gmail.com

Introdução

O objetivo deste trabalho é revisitar a produção gramatical em língua castelhana em dois momentos distintos, o século XV que viu surgir, na Espanha, a *Gramática de la lengua castellana* (1492), de Antonio de Nebrija, e o século XIX, no Chile, a *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1847), de Andrés Bello, a fim de propor uma reflexão sobre a concepção desses gramáticos acerca da noção de “uso”. Notamos que o “uso” é o critério utilizado por ambos para definir a língua a ser descrita, constatação essa que nos fez perguntar: Que “uso” é esse? O que determina no que se refere à língua? Que língua é essa que passa a ser descrita pelos gramáticos nas duas obras? Observamos aproximações e distanciamentos em torno desse conceito, à luz da História das Ideias Linguísticas.

Esse campo permite ao estudioso tomar como objeto de estudo obras, instituições e acontecimentos ou saberes da ciência linguística e projetar os fatos e os dados em um espaço estruturado em três dimensões. Conforme Aurox (1992), as dimensões são: uma cronologia, uma geografia e um conjunto de temas. Neste trabalho, a cronologia envolve os séculos XV e XIX, a geografia é o universo hispânico, Metrópole (Espanha) e jovens nações independentes (Chile), e o nosso tema é a gramática.

Tomamos a gramática como um produto tecnológico como outros que a sociedade tem e utiliza, isto é, como um “instrumento linguístico”, no sentido concebido por Aurox (1992), que desempenha funções na sociedade em que surge. Torna-se uma ferramenta para descrever, sistematizar, reunir, fazer circular uma língua e orientar um estudo em torno dela. Também a entendemos como parte de um processo de gramatização do castelhano e como um elemento que estabelece relação entre língua e nação. Por

gramatização, o teórico entende “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65). Assim sendo, as gramáticas e dicionários são instrumentos linguísticos, dois produtos de um saber sobre a língua, portanto, produtos tecnológicos, com seus valores operacionais.

Para Orlandi (2013, p. 9), esses instrumentos podem ser compreendidos como tecnologias que “representam a língua para seus falantes, em seu conjunto”, o que os torna fundamentais para o processo da gramatização de qualquer língua. Em seus tempos e espaços de surgimento e circulação, ajudam na constituição e consolidação da língua nacional, construída imaginariamente, pelo critério de unidade, de homogeneidade, mesmo que o gramático venha a tomar como parâmetro para seu trabalho o uso linguístico e a reconhecer a variedade que essa língua apresenta.

Veremos que Nebrija tinha consciência não só da diversidade linguística da Espanha de sua época, mas também da variedade do castelhano de então. Bello igualmente. Ele mostrou a existência da diversidade do castelhano na sua gramática, trazendo exemplos dessa língua na América Espanhola. Por outro lado, sabemos que a língua apresentada e organizada como unidade é fundamental para a formação de um Estado-nação bem como para a constituição de uma identidade nacional. Qual seria a representação da língua para os cidadãos dessas nações? Seria compreendida como um bem? Um patrimônio? Um capital? Ou seria o que Alonso (1951) e depois Wagner (2006) disseram ao se referirem à língua da gramática de Andrés Bello, um “bem político”? Ou, na visão de Moré (2004), a escolha linguística de Bello revela um “patrimônio de los sectores cultos”?

Quanto à metodologia, nosso percurso de revisitação da produção gramatical em língua

castelhana se organiza em dois momentos principais e distintos. Inicialmente, adentramos pelo século XV, com a gramática de Nebrija; depois, saltamos para o século XIX, com a gramática de Bello. Levamos em conta os títulos, os prólogos e as noções preliminares dessas gramáticas, buscando compreender a noção de “uso” e suas implicações. Não descuidamos das aproximações e distanciamentos que pode haver entre os fazeres desses dois gramáticos, que produziram em diferentes condições sócio-históricas.

O SÉCULO XV (e XVI): A SOBERANIA DA PENÍNSULA IBÉRICA

Começamos pelas condições sócio-históricas de produção da *Gramática de la lengua castellana*, de Elio Antonio de Nebrija³, publicada em 1492. Essa data foi muito significativa para a Espanha e para a América, pois marcou o surgimento da primeira gramática em língua castelhana, a chegada de Colombo à América, fato que a história proclamou como descobrimento de um novo continente pelos europeus, e a reconquista de Granada pelos Reis Católicos, último reino muçulmano na Espanha.

No entanto, a gramática do castelhano de Nebrija vinha sendo preparada há mais tempo, num período em que também se dedicou a outros textos gramaticais e lexicográficos como *Introductiones latinae* (1481), que é Gramática Latina, *Introductiones latinae contrapuesto el romance latín* (1488), *Diccionario latino-español* (1492) e *Vocabulario español-latino* (1494 e 1496). Ao observarmos as datas de publicação dessas

3 Antonio de Nebrija era um pseudônimo. Na verdade, seu nome era Antonio Martínez de Cala. Nasceu em [Lebrija, Sevilha](#), em 1441 (o que influenciou Nebrija) e faleceu em [Alcalá de Henares](#), em 1522. Foi um [humanista](#), [filólogo](#), tradutor, professor e autor de várias obras, entre elas a primeira [gramática](#) da [língua castelhana](#) (1492) e o primeiro [dicionário](#) espanhol (1495). A escrita da Gramática castelhana tem um significado muito expressivo na história da gramatização porque foi também a primeira de um vernáculo europeu. Estudou Humanidades em Salamanca, Filologia na Universidade Italiana de Bolonha, foi professor em Salamanca e na Universidade de Alcalá de Henares.

obras de Nebrija, veremos que surgiram em um intervalo de tempo de uma década e meia, mas não são todas as que escreveu e publicou. De acordo com Esparza e Sarmiento (1992, p. 28), autores que escreveram a introdução da Gramática castelhana, de Nebrija, edição de 1992, “Toda la producción nebrisense está guiada por un imperativo pedagógico y por el afán de recuperar el latín”⁴. O que esses autores afirmam parece ser uma ideia consensual entre os estudiosos de Nebrija. Na Gramática castelhana, isso está muito presente.

E em que cenário as obras foram gestadas? Tomando como ponto de referência a gramática de 1492, nos situamos no século XV, mas estamos à beira do XVI. Há um período de transição da Idade Média para a Moderna, que se estendeu até o século XVIII e foi atravessada por grandes acontecimentos, como o Renascimento, a Expansão Marítima e a Reforma da Igreja Católica. O processo de produção dessa obra e seu alcance após publicação estavam inseridos nesse extenso período temporal.

A humanidade viveu o Renascimento cultural, uma época marcada pela revalorização da Antiguidade Clássica. Em vista desse pensamento, nova visão de mundo se instaurou, uma visão racional, universalista, antropocêntrica, que originou o movimento conhecido por Humanismo. Manifestou-se, primeiramente, na Itália e depois se espalhou. Os novos valores renascentistas se desenvolveram nos homens e nas sociedades da época que passaram a compreender que fé e razão eram importantes (e não somente a fé) e que as criações humanas deveriam ser destacadas e promovidas. Algumas demonstrações dessa onda otimista que se instaurou foram as grandes navegações, o conhecimento de novos territórios, línguas e culturas, a reestruturação de territórios, a gramatização de vernáculos, a definição de línguas

4 Toda a produção de Nebrija está guiada por um imperativo pedagógico e por um afã de recuperar o latim. (tradução nossa).

nacionais, a invenção da imprensa por Johann Gutenberg.

Todos esses acontecimentos do século XV tiveram repercussão posterior, desenvolvendo-se mais, afetando a ordem social, econômica, política, religiosa, histórica e particular do homem do período e dos seguintes. Por exemplo, a invenção da imprensa foi uma descoberta que mudou a história da escrita, da leitura, da divulgação e circulação do conhecimento em escala mundial. Auroux (1992) fala em duas revoluções tecnológicas, a da escrita e a da gramatização massiva das línguas, esta impulsionada pelo advento da imprensa.

Nos séculos XV e XVI, portanto, a história registrou como grandes potências mundiais os integrantes da Península Ibérica: Espanha e Portugal. Eles, através da reconquista e delimitação de seus territórios, definição de suas línguas nacionais e do processo de expansão marítima, com fins de ampliação de domínios e principalmente de busca por riquezas, transformaram-se em reinos ricos. Tudo isso faz parte do cenário de formação intelectual, laboral e produtiva de Nebrija.

A *Gramática castellana* (1492), obra dedicada à rainha Izabel, de Castela, é o produto do trabalho de gramatização de um romance, de um vernáculo, que é o castelhano, por parte de Nebrija. Em sendo a primeira, imaginamos que a tarefa não tenha sido fácil, pois tinha de descrever uma língua que não contava com autores canônicos para usar como apoio e como exemplos. Essa dificuldade deve ter sido enfrentada também por outro pioneiro, Fernão de Oliveira, na *Gramática da linguagem portuguesa* (1536). A gramática de Nebrija está estruturada em cinco partes, que se subdividem em 55 capítulos, antecidas por um Prólogo. Cada parte é um livro, sendo: Libro I – Ortografía (subdivido em 10

capítulos)⁵; Libro II – Prosódia (com 10 capítulos)⁶; Libro III – Etimologia (com 17 capítulos)⁷; Libro IV – Sintaxis (com 7 capítulos)⁸; e Libro V – De las introducciones de la lengua castellana para los que estraña lengua querrán deprender (com 1 prólogo e 11 capítulos)⁹. A divisão feita (ao menos das quatro partes) é fiel à organização grega, apesar de fazer uma gramática de língua de origem latina. No desenvolvimento de cada tema, no entanto, há manutenção da estrutura do latim.

Além disso, Esparza e Sarmiento (1992), chamam a atenção para a questão pedagógica que perpassa a obra de Nebrija. Há uma preocupação grande do gramático com a restauração do ensino e da aprendizagem do latim. Isso passa pela

5 Os títulos dos capítulos da primeira parte são: I. Em que parte la gramática en partes; II. De la primera invención de las letras, i de donde vinieron primero a España; III. De cómo las letras fueron halladas para representar las bozes; IV. De las letras i pronunciaciones de la Lengua latina; V. De las letras i pronunciaciones de la Lengua castellana; VI. Del remedio que se puede tener para escribir puramente el castellano; VII. Del parentesco i vecindad que las letras entre sí tienen; VIII. De la orden de las vocales quando se cogen en diptongo; IX. De la orden de las consonantes entre sí; X. En que pone reglas generales de orthographía del castellano.

6 Os títulos dos capítulos do libro II são: I. De los accidentes de la sílaba; II. De los acentos que tiene la lengua castellana; III. En que pone reglas particulares del acento del verbo; IV. En que pone reglas particulares de las otras partes de la oración; V. De los pies que miden los versos; VI. De las consonantes, i cuál i qué cosa es consonante en copla; VII. De la sinalepha i apretamiento de las vocales; VIII. De los géneros de los versos que están en el uso de la Lengua castellana, i primero de los versos iámbicos; IX. De los versos adónicos; X. De las coplas del castellano i cómo se componen los versos.

7 Os capítulos da terceira parte são: I. De las diez partes de la oración que tiene la lengua castellana; II. Del nombre; III. De las especies del nombre; IV. De los nombres demostrativos; V. De los nombres verbales; VI. De la figura, género, número, declinación i casos del nombre; VII. De los nombres que no tienen plural o singular; VIII. Del pronombre; IX. Del artículo; X. Del verbo; XI. De los circunloquios del verbo; XII. Del gerundio del castellano; XIII. Del participio; XIV. Del nombre participial infinitivo; XV. De la preposición; XVI. Del adverbio; XVII. De la conjunción.

8 A quarta parte tem os seguintes capítulos: I. De los preceptos naturales de la gramática; II. De la orden de las partes de la oración; III. De la construcción de los verbos después de sí; IV. De la construcción de los nombres después de sí; V. Del barbarismo i solecismo; VI. Del metaplasmo; VII. De las otras figuras.

9 Os títulos dos capítulos da quinta parte são: I. De las letras, sílabas, i dices; II. De la declinación del nombre; III. De la declinación del pronombre; IV. De la conjugación del verbo; V. De formación del verbo: reglas generales; VI. De la formación del indicativo; VII. Del imperativo; VIII. Del optativo; IX. Del subjuntivo; X. Del infinitivo; XI. Del gerundio, participio, i nombre participial infinito.

produção de um material específico, ou dizendo de outro modo, um instrumento linguístico, e um método. Produziu então a *Gramática castelhana* e a organizou pelo método natural, que consiste em ir do conhecido ao desconhecido, isto é, no caso, do castelhano ao latim¹⁰. A nosso ver, isso tem duas consequências: eleva a língua vulgar à categoria de língua de cultura, mas também ao utilizar o castelhano como via necessária para o ensino/aprendizagem do latim, mantém a superioridade dessa língua.

Para tecer as reflexões sobre a noção de “uso”, tomamos o prólogo da gramática e a ele frequentemente faremos referência.

Nebrija, no seu discurso do prólogo, cuja interlocutora é a rainha Izabel, aliou a língua ao estado, para mostrar à monarca a importância de uma gramática para a sobrevivência de ambos, ideia que sintetizou em: “siempre la lengua fue compañera del imperio”. (NEBRIJA, 1992, p. 99). Por meio de exemplos, apresentou a ideia de que língua e império nascem e morrem juntos. Atribuiu ao instrumento produzido um objetivo político, o de garantir que a língua permanecesse, não sucumbisse, e, ao mesmo tempo, o império. Naquele momento sócio-histórico, defendeu o papel da gramática na renovação da Espanha e na entrada na modernidade, como um objeto tecnológico de poder. Caberia à rainha decidir o que fazer desse objeto.

Nebrija declarou a função da gramática, reger, fixar a língua castelhana, porque, segundo ele, “anduvo suelta y fuera de regla”. Ou seja, precisava de regra, de norma que a tornasse uma língua estável e regular. A gramática faria essa representação imaginária da estabilidade da língua castelhana pela escrita. Nasceria, com a gramática, a norma do castelhano da época.

10 José de Anchieta também escreve *A arte de grammatica* a língua mais usada na costa do Brasil (1595), utilizando esse método. Tinha um objetivo pedagógico: que os religiosos aprendessem a língua tupi para catequizar os índios. Também se preocupa com o uso.

Além disso, também apontou três “proveitos” que da sua gramática se poderia tirar: unir os dispersos, os dominados, facilitar o acesso mais rápido ao latim e ensinar o castelhano a quem não o tinha como língua materna. Nesse sentido, a língua deveria servir ao homem e à sociedade e, para que isso se cumprisse, a mostra de língua apresentada como ideal precisaria ser clara e estável, para que pudesse ser compreendida e utilizada. Essa característica remete ao pensamento clássico, renascentista.

Isso já nos dá o encaminhamento necessário para buscar compreender que língua é essa que foi contemplada na gramática e qual foi o critério norteador de que se valeu o gramático para fazer seu trabalho. Parece que havia uma certa norma, mas o seu funcionamento não estava descrito e estabilizado em uma gramática. E ela estaria no uso do castelhano.

No Prólogo, a palavra “uso” ocorre uma única vez em:

I certo assi es que no solamente los enemigos de nuestra fe que tienen ia necesidad de saber el lenguaje castellano: mas los vizcainos. navarros. franceses. italianos. Y todos los otros que tienen algun trato y conversacion en españa y necesidad de nuestra lengua: si no bien desde niños ala deprender por uso: podran la mas aina saber por esta mi obra. (NEBRIJA, 1492, P. 109)¹¹

Nebrija empregou a palavra no sentido de realização da língua e não escreveu com todas as letras o uso que ele tomou, mas não podemos nos esquecer de que fez uma gramática em língua castelhana, utilizando essa língua como instrumento para atingir a sua meta, a aprendizagem mais rápida e eficaz da língua latina. Então, podemos inferir que o uso escolhido não foi o das pessoas não letradas.

Ademais, se fez uma gramática seguindo o modelo

11 E assim é certo que não somente os inimigos de nossa fé, que já tem a necessidade de saber a linguagem castelhana, mas os vizcainos, navarros, franceses, italianos. E todos os outros que têm algum tratamento e conversação na Espanha e necessidade da nossa língua, se não a aprenderem desde pequenos pelo uso, poderão saber por esta minha obra. (tradução nossa).

grego e latino, também nos permitiria pensar, por consequência, que o uso era o dos autores canônicos. Eles eram o modelo de bem falar, de correção. Em castelhano, havia poucos textos escritos na época para que tomasse unicamente o uso linguístico lá praticado como modelo. Para Pérez (2011), um dos objetivos de Nebrija era combater a Espanha bárbara, desde o ponto de vista do uso da língua, estabelecendo o cultivo das letras, que seriam responsáveis por conduzir a nação à modernização.

O SÉCULO XIX: AS JOVENS NAÇÕES DA AMÉRICA

Tomamos como ponto de partida o acontecimento linguístico da publicação da gramática, 1847. Esse evento determina o recorte temporal e nos orienta a compreender o pensamento científico e intelectual do século XIX, mas também nos faz a retroceder um pouco sobre o século XVIII, afinal Andrés Bello¹² viveu a transição.

O século XVIII é conhecido como Século das Luzes, devido aos ideais de um movimento chamado Iluminismo, que nasceu na França e se espalhou pela Europa. Esse movimento manifestou-se contrário ao absolutismo, ao mercantilismo, à igreja católica, influenciando pensamentos e atitudes do homem da época, que evoluíram para muitas e grandes revoluções, como, por exemplo, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, a Independência dos Estados Unidos.

12 Andrés de Jesús María José Bello López nasceu em Caracas, Venezuela, em 1781 e faleceu em Santiago, Chile, em 1865. Pertenceu a uma família culta, teve acesso à educação de alto nível, formando-se a partir dos valores da Ilustração. Bello sabia latim, francês e inglês e era leitor e estudioso de textos europeus. Formou-se em Artes, na Universidade de Caracas. Exerceu várias funções durante sua vida e foi um polígrafo. Entre seus trabalhos: foi funcionário no governo em Caracas, professor (inclusive de Simon Bolívar), diplomata em Londres, durante 19 anos, senador no Chile, um dos fundadores e reitor da Universidad de Chile. Escreveu em diferentes áreas do saber: literatura, língua, filosofia, direito, jornalismo. Tem muitas obras escritas e publicadas, mas as duas de maior destaque são o Código Civil de la República de Chile (1856) e a Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos (1847).

Esses e outros acontecimentos também nos fazem entender porque alguns veem o século XVIII como a “Era das Revoluções” (HOBSBAWN, 1977). Na verdade, as rebeliões não pararam, continuaram no século XIX, também marcado por muitas transformações.

Não podemos desconsiderar o século XVIII, quando nos referimos a Bello, porque grande parte da sua formação intelectual é afetada pelos pensamentos desse tempo. Foi educado em uma cultura letrada ocidental, do período da Ilustração, da enciclopédia, em que o conhecimento acumulado era o mais importante. Isso se reflete no perfil intelectual e nas atuações dessa figura hispano-americana.

O século XIX, no que diz respeito ao conhecimento, foi marcado por algumas teorias e pensamentos como o evolucionismo de Charles Darwin, o darwinismo social de Hebert Spencer, o positivismo de Auguste Comte, o funcionalismo de Emile Durkheim, na sociologia. Na verdade, a ciência que serviu de fundamento ou de modelo do pensamento científico e filosófico desse século foi a biologia, pois os demais campos do conhecimento tomavam o princípio dessa área para realizar os estudos e compreender os fenômenos. O raciocínio biológico de base darwinista concebia o objeto de estudo como um organismo, que passava por estágios de evolução até chegar ao progresso. Os estudos linguísticos dessa época seguiram a mesma linha de pensamento, ou seja, tinham características evolucionista, positivista e determinista. Pensemos na Linguística histórica-comparativa e nos Neogramáticos.

Na América Hispânica, principalmente, nas décadas iniciais, o século XIX foi marcado por movimentos de independência, por conflitos e por ações de reformulação político-sociais das jovens nações, antes vinculadas ao sistema da metrópole. Muitas das reformas nas ex-colônias foram motivadas por ideias oriundas da Inglaterra

e da França. Foi um período de constituição da identidade nacional, um processo que necessitava da identificação do povo com uma língua e um território. Muitos trabalharam na estruturação do Estado-nação, da sociedade, do sistema político, educacional, jurídico, político e econômico. As ações de Andrés Bello, inclusive a produção da gramática de 1847, convergiram para esse grande projeto político em torno da configuração das jovens nações americanas.

A *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* foi publicada no Chile, em 1847, porém ela é oriunda de um processo de escrita e de divulgação de algumas de suas ideias feito anteriormente. Bello contribuía em jornais com textos, em que discutia questões linguísticas. Então o texto da gramática é uma publicação que reúne pensamentos e estudos amadurecidos do autor. Ainda durante sua vida, revisou mais quatro edições da obra, que se publicaram em 1853, 1854, 1857 e 1860.

Para este estudo, consideramos a primeira edição, acessível, na Biblioteca Nacional Digital do Chile. Ela está organizada em um Prólogo (nove páginas), dividido em doze números, uma página de Erratas, uma página de Noções Preliminares, cinquenta e um capítulos¹³ e dezenove páginas de

notas de fim, apresentando também muitas notas de rodapé.

Para desenvolver as reflexões sobre a noção de “uso”, tomamos o título, o prólogo, as noções preliminares da gramática, e a eles vamos fazendo referência. Em nosso modo de entender, a palavra “uso” tem sentidos diferentes na gramática, apontamos pelo menos dois deles nesses discursos que estamos tomando para análise.

A primeira ocorrência da palavra “uso” já está presente no título, que é a atribuição de um nome, de uma identificação, de uma existência, à gramática, ao instrumento linguístico produzido. Nesse caso, “uso” significa utilização de um instrumento, de uma tecnologia pelos americanos, na aprendizagem da língua castelhana. Portanto, estamos diante de um primeiro sentido da palavra em funcionamento no título da obra.

No Prólogo, encontramos muitas ocorrências da palavra “uso/s” (12 vezes), sendo que, várias outras vezes, é reescrita¹⁴ por “las prácticas de la lengua”, “el habla”, “las prácticas”, “modos de decir”, “práctica del lenguaje”, “prácticas viciosas del habla popular de los americanos”, “práctica de escritores acreditados”, “novedades viciosas”. Nas Noções Preliminares, há 2 ocorrências da palavra, e outras vezes é reescrita por “el bien hablar” e por elipse. Seu aparecimento, nesses dois discursos da

gramática, revela que ela não tem o mesmo sentido

XXX. Concordancia. XXXI. Uso de los artículos; XXXII. Uso de la preposición A en el acusativo i dativo en los indeclinables; XXXIII. Del acusativo i dativo en los pronombres declinables; XXXIV. Casos terminales MÍ, TÍ, SÍ; XXXV. Ambigüedad que debe evitarse en el uso de varios pronombres; XXXVI. Observaciones sobre el uso de varias frases en las cuales entra el relativo QUE; XXXVII. Grados de comparación; XXXVIII. Construcciones del relativo QUE. XXXIX. Uso del relativo CUYO; XL. Construcciones de los demostrativos TAL, i TANTO i de los relativos CUAL i CUANDO; XLI. De las oraciones negativas; XLII. Oraciones interrogativas; XLIII. De las cláusulas distributivas; XLIV. Cláusulas absolutas; XLV. Compuestos de relativo con la terminacion QUIERA o QUIER; XLVI. Observaciones sobre algunos verbos de uso frecuente; XLVII. Usos notables de los derivados verbales; XLVIII. De los complementos directos anormales; XLIX. Preposiciones. L. De algunos adverbios, preposiciones i conjunciones; LI. Proposiciones subordinadas.

14 Entendemos a reescrituração da forma proposta por Guimarães (2002).

13 Para dar uma ideia geral do que tratam os 51 capítulos da obra, apresentamos cada um com seus respectivos títulos. Também percebemos que há alguns capítulos que têm uma seção intitulada “Apêndice”, apresentada imediatamente após o seu término. Eis os capítulos: I. Estructura material de las palabras; II. Clasificaciones de las palabras por sus varios oficios; III. División de las palabras en primitivas i derivadas, simples i compuestas; IV. Varias especies de nombres; V. Del número de los nombres; VI. Inflexiones que significan nación o país. VII. De la terminación femenina de los sustantivos; VIII. De la terminación femenina de los adjetivos; IX. De la apócope de los nombres; X. Del jénero de los sustantivos; XI. De los nombres numerales; XII. De los aumentativos i diminutivos; XIII. De los pronombres; XIV. Del artículo definido; XV. Del jénero neutro; XVI. De los pronombres relativos, i primeramente del relativo QUE; De los determinativos TAL, TANTO, i de los relativos CUAL, CUANDO; XVIII. De los sustantivos neutros; XIX. De los adverbios; XX. De los derivados verbales; XXI. Estructura de la oración; XXII. De los modos del verbo; XXIII. De la conjugación; XXIV. De los verbos irregulares; XXV. De los verbos defectivos; XXVI. De los participios irregulares. XXVII. Arcaísmos en la conjugación; XXVIII. Significado de los tiempos; XXIX. Clasificación de las proposiciones;

que o do título. Nesse caso, uso é funcionamento, é prática de linguagem, é modo de dizer, é uso linguístico.

Além disso, observamos que a palavra “uso” é muito empregada no discurso do gramático, não só no título, no prólogo, nas noções preliminares, mas também nos títulos de cada capítulo da obra. A repetição nos leva a entender que: a questão do “uso” era uma preocupação de Bello; e que toma como critério norteador para a descrição da língua na sua gramática. Questionamos então: que uso é esse que o gramático considera referência? Sobre isso, é preciso na declaração e explicação que faz nas Noções Preliminares, junto à definição de gramática:

La GRAMÁTICA de una lengua es el arte de hablarla correctamente, esto es, conforme al buen uso, que es el uso de la jente educada. Se prefiere este uso porque es el mas uniforme en las varias provincias i pueblos que hablan una misma lengua, i por lo tanto el que mas *fácil* i jeneralmente se entiende; al paso que las palabras i frases propias de, la jente ignorante, varían mucho de unos pueblos i provincias a otros, i no son fácilmente entendidas fuera de aquel estrecho recinto en que las usa el vulgo. (BELLO, 1847, p. 1)¹⁵

Temos a concepção de gramática e, colado a ela, o critério utilizado para descrição da língua que merece estar nesse instrumento, que é o “uso de la jente educada”. O critério é justificado pelo autor, quando defende que é mais regular, mais claro e, portanto, mais compreensível. Se o uso das pessoas educadas, letradas, é o “bom castelhano”, a língua “correta”, quem faria uso (na fala e/ou na escrita) desse castelhano naquela conjuntura espaço-temporal?

Moré (2004) fez um exame das escolhas de Bello na constituição do seu discurso gramatical.

15 A Gramática de uma língua é a arte de falar corretamente, isto é, conforme o bom uso, que é o da gente educada. Prefere-se este uso porque é o mais uniforme nas várias províncias e povos que falam uma mesma língua, e, portanto, o que faz que mais fácil e geralmente se entenda o que se diz, ao passo que as palavras e frases da gente ignorante variam muito de uns povos e províncias a outros e não são facilmente entendidas fora daquele estreito recinto em que as usa o vulgar, o popular. (tradução nossa)

Para o estudioso, essas escolhas se dão em torno de três eixos: sócio-cultural, dialetal e semiótico-discursivo. As fontes de Bello na gramática seriam três, a escrita dos clássicos da literatura castelhana, o dialeto de Castela e o uso da gente educada, das quais derivaria a norma. Ou seja, o uso da gente educada, o uso de Castela e o uso dos modelos da literatura castelhana. Essa ótica leva a pensar que o critério engloba o cultural, o dialetal (geográfico) e o discursivo.

Se voltarmos nossa atenção para as condições sócio-históricas de produção do instrumento, podemos vislumbrar que o uso referido por Bello era uma prática das pessoas que tinham acesso à educação formal ou tinham contato com a tradição letrada ocidental. Esse grupo manejava a leitura e a escrita enquanto que a maioria da população era analfabeta ou não letrada. Bello passou a descrever o funcionamento do uso linguístico do grupo de educados, os “bons falantes”. Nesse sentido, podemos afirmar que Bello, na sua seleção linguística, se baseia no aspecto cultural.

No interior da gramática, encontramos a descrição do bom uso, que vem, algumas vezes, contraposta a práticas que não eram “boas”, outras contraposta a realizações em outras línguas. Citamos, a título de ilustração, dois usos que o gramático descreveu. O primeiro se refere ao pronome “vos”, em que explicou o funcionamento na língua castelhana em geral e no Chile; depois, através de uma nota de rodapé, avaliou esse uso, predicando como uma “...vulgaridad que debe evitarse...una corrupción insoportable” (BELLO, 1847, p. 59). Nesse caso, há uma desvalorização do uso. O segundo exemplo é o do artigo definido diante de nomes próprios. Ele não censurou essa prática no universo familiar. Resgatou dois exemplos de grandes nomes da literatura espanhola do Século de Ouro para mostrar que isso era corrente no bom uso da língua daquele tempo,

validando, assim, seu funcionamento na América. Bello citou:

“Con don Jil he de casarme,
Que es un brinquillo el don Jil” (Tirso de Molina).
“Es, señor, como una perla
La Hipólita” (Calderón)¹⁶.(b)

No Prólogo, o gramático revelou que o motivo da escrita da obra foi o medo da fragmentação do castelhano na América, resultando em diferentes dialetos e línguas, ao modo como aconteceu com o latim na Europa. Essa quebra seria provocada pelos usos linguísticos do castelhano na América, praticados livremente. Sua preocupação com essa questão se materializou linguisticamente na repetição da palavra “uso”, reescrita em sinônimos, elipses, e pronomes, no seu discurso gramatical.

Por isso, propôs como “solução” para evitar esse acontecimento que a língua fosse conservada, em sua pureza, em torno de uma unidade. Assim, ela seguiria proporcionando a comunicação, o vínculo fraterno entre todas as nações de língua espanhola, na América e na Europa, e ajudando na manutenção do conjunto. O lugar de conservação seria a gramática. Essa era a função da gramática, enquanto instrumento linguístico, propor a norma, reger, regularizar o uso, “guardar” a língua de todos. Talvez, nesse sentido, possamos falar em língua como bem cultural, como capital, a ser armazenado em dicionário e descrito em gramática como norma. Esses dois instrumentos seriam como dois “cofres”, os lugares de preservação, de cuidado, de manutenção da língua e de sua unidade. Ali estaria em segurança, não seria corrompida.

Embora Bello tenha descrito a língua castelhana a partir do uso das pessoas educadas e construído, dessa forma, a sua estabilização em torno de uma unidade, não descuidou da diversidade. A escolha por um uso lhe custou

16 O (b) corresponde à nota de rodapé que transcrevemos tal qual: “No creo que hay motivo de reprobar el artículo definido que se junta casi siempre con los nombres propios de mujer en algunas partes de América: la Juanita, la Isabel, la Dolores.” (BELLO, 1847, p. 200).

a renúncia de outros, vista na justificativa dada, transcrita na citação anterior. Além disso, em um fragmento do Prólogo, lemos o seguinte:

No se crea que recomendando la conservacion del castellano sea mi ánimo tachar de vicioso i espurio todo lo que es peculiar de los americanos. Hai locuciones castizas que en la Peninsula pasan hoy por anticuadas; i que subsisten tradicionalmente en Hispano-América. ¿por qué proscribirlas? Si segun la práctica jeneral de los americanos es mas analógica la conjugacion de algun verbo, por qué razon hemos de preferir la que caprichosamente haya prevalecido en Castilla? Si de raices castellanas hemos formado vocablos nuevos, segun los procederes ordinarios de derivacion, que el castellano reconoce, i de que se ha servido i se sirve continuamente para aumentar su caudal de voces, ¿qué motivos hai para que nos avergoncemos de usarlos? Chile i Venezuela tienen tanto derecho como Aragon i Andalucía para que se toleren sus accidentales diverjencias, quando las patrocina la costumbre uniforme i auténtica de la jente educada. (BELLO, 1847, p. XII)¹⁷

Nessa passagem, há o reconhecimento das variedades como legítimas, mostrando a consciência linguística do autor de que o uso do castelhano americano era diferente do peninsular em vários aspectos. Se retomarmos os exemplos anteriores, o do pronome “vos” e o do artigo definido antes de nomes próprios de pessoas, teremos uma ligeira ideia dessa consciência linguística. Vemos operando, na gramática de Bello, uma concepção de língua que considera a diversidade dentro da unidade, a questão da norma nascida do uso, da língua em funcionamento. Para ele, a norma é dos bons falantes. Nesse sentido, dentro do “cofre”

17 Não se acredite que, recomendando a conservação do castelhano, seja minha vontade tachar de vicioso y espúrio tudo o que é peculiar dos americanos. Há locuções castiças que hoje, na Península, passam por antiquadas e que subsistem tradicionalmente na Hispano-América. Por que as proibir? Se, segundo a prática geral dos americanos, é mais analógica a conjugação de algum verbo, por que razão temos de preferir a que caprichosamente tenha prevalecido em Castela? Se de raízes castelhanas temos formado vocábulos novos, segundo os modos ordinários de derivação, que o castelhano reconhece, e de que se tem servido e se serve continuamente para aumentar seu caudal de vozes, que motivos há para que nos envergonhemos de usá-los? Chile e Venezuela têm tanto direito quanto Aragão e Andaluzia para que se tolerem suas divergências acidentais, quando as patrocina o costume uniforme e autêntico da gente educada. (tradução nossa)

(gramática), também colocou alguns exemplos da diversidade do castelhano na América.

Considerações finais: possíveis aproximações e distanciamentos

Tomando o viés da História das Ideias Linguísticas, propomos revisitar duas importantes gramáticas do castelhano: *Gramática de la lengua castellana* (1492), de autoria de Antonio de Nebrija, e a *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1847), de Andrés Bello, para refletir sobre o critério tomado para a descrição do castelhano dessas épocas pelos gramáticos: o uso. O nosso objetivo foi perpassado por questionamentos como: Qual foi o “uso” recolhido pelos autores? Quais as implicações dessa escolha para a língua e para seus falantes? Que concepção de língua se apresenta a partir disso? Observamos os títulos, os prólogos e as noções preliminares das gramáticas na tentativa de compreender a dimensão que essa noção de “uso” passa a ter. Apresentamos, inclusive, os títulos dos capítulos para que pudéssemos ter uma ideia de como o critério do uso se atravessou no interior das gramáticas, no trabalho mesmo de descrição (prescrição, muitas vezes).

Tudo isso nos permite fazer relações entre os dois modos de representar o saber metalinguístico. No entanto, nos detivemos em aproximações e distanciamentos, em um aspecto, o do “uso”.

Antes disso, é preciso considerar que ambos escreveram gramáticas do castelhano, em tempo e espaço diferentes - Espanha, século XV e América (Chile), século XIX – e em condições sócio-históricas específicas. A de Nebrija surgiu no período da gramatização dos vernáculos e da expansão marítima, como um marco da cultura espanhola, pois foi a primeira tentativa de sistematização do castelhano, que resultou na primeira gramática de língua vernácula europeia; a de Bello surgiu no momento da constituição das línguas nacionais e da

independência das colônias americanas da Espanha, como um símbolo da nova perspectiva histórica e está entre as primeiras gramáticas do castelhano escritas na América Latina. Concordamos com Barros (1998, p. 23), quando afirma que “Há coincidência entre estes hispanistas: a da associação entre a derrocada de um império e a fragmentação linguística, e, conseqüentemente, a divulgação de uma gramática como fator de contenção da cisão idiomática.” Foram, portanto, muito importantes para as respectivas conjunturas e seguem sendo obras-primas da história da língua e da gramática espanhola, projetando saberes. Hoje, também não falta quem diga que são os instrumentos mais representativos dessa língua.

Dito isso, qual é a norma de Nebrija e qual é a de Bello? Os dois partiram do uso, embora o primeiro não disse isso com todas as letras. Esse é o critério. Porém os usos que se fazem da língua e que estão em funcionamento são muitos. Disso, os dois gramáticos tinham plena consciência como já vimos pelos discursos que antecedem o corpo das gramáticas e pelas descrições da língua. O uso é o “bom uso” daqueles momentos, que representaria o “bom castelhano”, o correto, o que deveria ser aprendido e posto em funcionamento por todos os falantes da língua, nos períodos referentes à produção de cada instrumento.

A nosso ver, para Nebrija, o “bom uso” da época estava nos doutos, nos grandes nomes da literatura castelhana, latina, grega. Para Bello, no seu período, estava na “gente educada”, isto é, nos grandes nomes da literatura castelhana do Século de Ouro, no poema *El Cantar del Mio Cid*, mas também nas pessoas que puderam formar-se, ilustrar-se na cultura letrada ocidental. Isso incluía pessoas da América, e isso permitiria pensar como resultado uma norma pan-hispânica. Não declarou a classe social desses instruídos, mas fica subentendido. Então, entendemos que há um alargamento em Bello da noção de “bom uso”.

Importa dizer que a tomada do uso como fundamento para descrição da língua nas gramáticas e a delimitação do “bom uso” que leva à “boa língua” não está somente em Antonio de Nebrija e em Andrés Bello. É uma questão antiga, já encontrada, por exemplo, em Quintiliano e nos estoicos. Fez-se presente também em Fernão de Oliveira, na primeira gramática do português (1536). Para ele, “a boa língua” era a usada pelos “melhores”, que foram “os que mais leram e viram e viveram, contínuando mais antre primores sisudos e não amigos de muita mudança”. (OLIVEIRA, 1536, p. 132). Ou seja, nos mais letrados, nos mais velhos e nos mais conservadores. Há uma ampliação também no sentido de que não estava somente nos autores da literatura. Alkmim (2009) nos chama atenção para o fato de que Oliveira não explicitou a origem social desses “melhores usuários” do português daquela época. Mas, a autora infere que o grupo social de referência é o letrado, e entre esses os mais velhos e mais conservadores, e que, embora o autor não declare, ele é parte da elite sócio-econômica do período, composta de nobres, clero e burguesia. Isso fica nas entrelinhas.

Por fim, a nossa reflexão nos levou a entender que a noção de “uso”, existente nas duas gramáticas observadas, apresenta nuances, que conduzem a diferentes representações do saber metalinguístico, a diferentes entendimentos da língua e dos falantes, para conjunturas sócio-históricas distintas. Ousamos dizer que há uma atualização da noção de “uso” em Bello em relação a Nebrija.

Referências

- ALKMIN, T. A noção de “boa língua” em Fernão de Oliveira: o uso como fundamento. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (Orgs.) *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2009. p. 99-103.
- ALONSO, A. (1951). Introducción a los estudios gramaticales de Andrés Bello. In: BELLO, A. *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Obras Completas. v. IV, Caracas: Ediciones del Ministerio de Educación, 1995. p. IX-LXXXVI. Disponível em: <http://fundacionpedrograses.com/Docs/pdf_docs/4.pdf> Acesso em: 1 de maio de 2018.
- ANCHIETA, J. *A arte da grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4674/1/000592_COMPLETO.pdf> Acesso em 06 de dezembro de 2018.
- AUROUX, S. (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.
- BARROS, L. *Tradição e inovação na teoria verbal da gramática de Andrés Bello*. 1998. 250 f. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 1998.
- ESPARSA, M. A.; SARMIENTO, R. Introducción a la Gramática Castellana de Elio Antonio de Nebrija. In: NEBRIJA, E. A. (1492) *Gramática castellana*. Madrid: SGEL, 1992. p. 9-95.
- GUIMARÃES, E. (2002) *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 4. ed. Campinas/SP: Pontes, 2017.
- MORÉ, B. La construcción ideológica de una base empírica: selección y elaboración en la gramática de Andrés Bello. In: VALLE, J. del; GABRIEL-STHEEMAN, L. (eds.) *La batalla del idioma: La intelectualidad hispánica ante la lengua*. Frankfurt-Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 2004. p. 67-92.
- OLIVEIRA, F. de. (1536). *Gramática da linguagem portuguesa*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-Os-montes e Alto Douro, 2007.
- ORLANDI, E. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- PÉREZ, J. L. M. Nebrija y su tiempo: la construcción

de la lengua. In: *Revista de Filología Románica*. v. 28. p. 157-168. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2011. Disponível em: < <http://revistas.ucm.es/index.php/RFRM/article/view/37225>> Acesso em 06 de dezembro de 2018.

WAGNER, C. Andrés Bello y la gramática castellana latinoamericana. In: *Revista Electrónica: Documentos lingüísticos y literarios*. Universidad Austral de Chile: Valdivia. n. 29. p. 1-9. 2006. Disponível em: <http://www.humanidades.uach.cl/documentos_linguisticos/document.php?id=1217> Acesso em: 29 de novembro 2018.

Arquivo consultado

BELLO, A. *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Santiago de Chile: Imprenta del progreso, 1847. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital do Chile <<http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0014882.pdf>> Acesso em: 23 de março de 2018.

NEBRIJA, E. A. de. (1492) *Gramática castellana*. Madrid: SGEL, 1992.

Submisso: 02 de junho de 2019.

Aceite: 22 de julho de 2019.